



DEFENDER OS NOSSOS DIREITOS!



CONJUNTURA

É PRECISO ENFRENTAR OS ATAQUES DE TEMER. É POSSÍVEL VENCER!

MEIO AMBIENTE

USINA BELO MONTE: A DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E DA VIDA HUMANA

FORMAÇÃO - SÉRGIO LESSA

MATERIALISMO DIALÉTICO

EDUCAÇÃO

BALANÇO DO II ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERNACIONAL

A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES FRANCESES CONTRA A REFORMA TRABALHISTA

É PRECISO ENFRENTAR OS ATAQUES DE TEMER. É POSSÍVEL VENCER!

GOVERNO TEMER: CONSERVADOR E ANTI-TRABALHADOR

O governo Temer é uma tentativa da burguesia de aprofundar as medidas de austeridade contra os trabalhadores. Para isso formou o seu ministério com todos os partidos que – pelo menos no último período- estavam na oposição. PMDB, DEM, PSDB...a lista é grande. Busca assim construir uma base governista no congresso com número suficiente de parlamentares para aprovar as várias medidas exigidas pelo capital.

Na composição do ministério, o mercado financeiro continua controlando a política econômica, com Henrique Meirelles (ex- presidente do Banco de Boston) à frente do ministério da fazenda e Ilan Goldfajn no Banco Central (ligado ao Banco Itau). O secretário de política econômica é Carlos Hamilton, adepto de taxas de juros altas e que antes de compor o novo governo estava no frigorífico JBS. No ministério da Previdência está Marcelo Caetano, de ideias liberais e defensor de reformas na previdência. A melhor imagem para a equipe econômica é a de uma raposa tomando conta do galinheiro.

Para completar, a agenda política desse governo está marcada pela retomada e continuidade de projetos iniciados no governo Dilma: reforma da previdência, ampliação das terceirizações, redução de gastos públicos para garantir o pagamento da dívida pública e reformas em leis trabalhistas. Esses são os componentes que caracterizam o governo como de continuidade e de caráter conservador e anti-trabalhador. Portanto, um governo que dedicaremos todas as nossas forças para combater.

AS VÁRIAS MEDIDAS CONTRA OS TRABALHADORES

- TERCEIRIZAÇÃO

Em uma reunião na FIESP, o homem forte do governo, Eliseu Padilha, defendeu publicamente a aprovação do projeto que permite a terceirização de todos os setores das empresas, não somente das “atividades-meio” como é atualmente, áreas de manutenção, limpeza, segurança, mas também das “atividades-fim”. Claro que foi aplaudido

de pé pelos empresários, ávidos por explorar ainda mais os trabalhadores.

- LIMITANDO OS GASTOS PÚBLICOS

Se ano após ano, os governos vêm reduzindo as verbas para os serviços públicos, a partir da aprovação da PEC 241/2016 (Proposta de Emenda Constitucional, onde os gastos públicos não poderão estar acima da inflação do ano anterior) as coisas podem ficar ainda piores.

O alcance dessa PEC é bastante amplo. Gastos com saúde, educação e outros serviços públicos, benefícios previdenciários (inclusive a aposentadoria), programas com moradia, etc, sofrerão restrições e ocorrerá a proibição da realização de concursos públicos.

Hoje o governo federal é obrigado a destinar no mínimo 18% do arrecadado para a educação. Os estados e municípios devem aplicar 25%. Para a saúde, o mínimo é o gasto no ano anterior mais a variação do PIB. Já nos estados 12% e nos municípios 15%.

Mesmo com essa obrigatoriedade, a educação e a saúde públicas já estão um caos, a tendência é que a situação se agrave.

O discurso do governo é o equilíbrio das contas públicas - condição para o mercado financeiro continuar “confiante”- ou seja, o governo está garantindo aos banqueiros que vai pagar fielmente a dívida pública. A regra é a mesma: retirar dos que precisam dos serviços públicos para passar para os banqueiros, agiotas e especuladores.

Nunca é demais lembrar (e demonstrar a continuidade da mesma política econômica) que Dilma já tinha tomado medida semelhante, com a apresentação da “Reforma Fiscal”.

- REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Atualmente para o regime CLT a exigência é que o trabalhador tenha contribuído por 35 anos (homem) e 30 anos (mulher). Mesmo sem impor uma idade mínima, ainda no governo FHC foi criado o fator previdenciário como



forma de obrigar o trabalhador ou trabalhadora a adiar a aposentadoria por conta da redução salarial. Frisa-se que Lula e Dilma vetaram projetos de lei que acabariam com esse fator.

Pelo fator previdenciário o valor a receber fica dependendo da idade e da expectativa de vida medida pelo IBGE. Na maioria dos casos há redução significativa do salário. Ou seja, mesmo já tendo contribuído o tempo necessário os trabalhadores são “empurrados” a trabalhar por mais tempo e se aposentar com salário integral. Caso se opte pela aposentadoria quando completar o tempo de contribuição o pagamento é proporcional.

A regra 85/95: quando a soma da idade e do tempo de serviço somam 85 anos para mulher e 95 anos para homem. Exemplo: uma trabalhadora que já contribuiu por 30 anos, para ter salário integral, teria que ter 55 anos de idade, somando os 85. Se começar a trabalhar com 15 anos (como é a maioria dos casos), significa que vai contribuir por 40 anos. Para os homens a soma tempo de contribuição e idade deve ser 95.

As coisas podem piorar ainda mais (o que não quer dizer que devemos aceitar as medidas em vigor).

Apesar de ainda não anunciado oficialmente, o governo Temer já disse que dará sequência à reforma da previdência. A proposta é impor uma idade mínima para homens e mulheres poderem se aposentar. Cogita-se 65 anos para homens e 60 anos para mulheres.

E há também a proposta de ser a mesma idade para homens e mulheres.

A exigência de menor idade para mulheres se aposentarem está ligada ao fato de que historicamente as mulheres

trabalham muito mais do que os homens. Além de vender sua força de trabalho para empresas com salários menores, ainda há o trabalho doméstico e o cuidar dos filhos e dos doentes da família, que sempre recaem sobre as costas das mulheres.

- A MENTIRA DO DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA E A CHANTAGEM AOS TRABALHADORES

Os governos, os ditos técnicos e especialistas (sempre ligados a instituições financeiras), e os políticos, para tentar justificar a reforma perante a população, dizem que a previdência apresenta prejuízo todos os anos e por isso as aposentadorias no futuro estarão ameaçadas. E todos os dias a imprensa entrevista esses políticos e especialistas, sem ouvir o lado dos trabalhadores. A mentira se mantém.

Segundo a ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), ao contrário desse discurso, a Seguridade Social (formada pela Previdência Social, Assistência Social e Saúde) no ano de 2014 apresentou R\$ 53,9 bilhões de sobra no caixa. Em 2015 o superávit foi de quase 30 bilhões de reais, dinheiro suficiente para outros tantos programas sociais ou o aumento dos benefícios previdenciários.

Não é de hoje a tentativa de fazer mais uma reforma na previdência social e, até o momento, os trabalhadores têm conseguido resistir. A continuidade dessa resistência é uma das lutas mais importantes que se colocam no próximo período, pois ela significará mais um ataque a um direito conquistado com muita luta.

- A CPMF... MAIS IMPOSTO PARA OS TRABALHADORES

Inicialmente a CPMF (contribuição provisória sobre movimentação financeira) além de provisória era destinada à saúde. A maioria das pessoas apoiaram.

De provisória passou a ser permanente. E o governo, contando com esses recursos, reduziu as verbas destinadas à saúde. Ou seja, aumentou o imposto mas o orçamento destinado à saúde continuou o mesmo.

Agora, o Governo Temer está defendendo o seu retorno. Mais uma vez temos que destacar que foi o governo Dilma quem ressuscitou a ideia.

Se aprovada, em toda movimentação



financeira (cheque, saque, etc) haverá cobrança de um “imposto”. Como as empresas repassam seus custos para os produtos, na prática quem vai pagar esse “imposto” somos nós, trabalhadores.

ALIVIANDO PARA OS EMPRESÁRIOS

Essas são só algumas das pretensões do governo Temer. O capital exige muito mais. E para que este governo tenha apoio do capital, vai ter que ceder cada vez mais.

Todas essas medidas contra os trabalhadores têm como objetivo “equilibrar” as finanças não para acabar com o desemprego, melhorar a saúde e a educação, mas para permitir que os empresários continuem usufruindo desses recursos. Os investimentos para melhorar a infraestrutura e depois privatizar, o incentivo à educação privada, o pagamento da dívida pública, os empréstimos para as grandes empresas, entre tantas outras, são formas de favorecer os capitalistas.

É assim porque na sociedade capitalista o Estado e si existe exatamente para favorecer os capitalistas. Esse é o seu verdadeiro caráter: manter a dominação de classe, tirando dos trabalhadores para dar aos empresários.

O FORA TEMER E O “VOLTA, DILMA”

Com as medidas de retirada de direitos, o conservadorismo e o “mais do mesmo” com os partidos da base governista e ministros envolvidos nos escândalos da lava jato (até mesmo Temer foi citado nas delações), pode-se dizer que o desgaste do governo Temer é muito grande, na mesma proporção do desgaste do governo Dilma. A tendência é que o desgaste siga adiante, já que mais medidas “amargas” estão por vir.

Diante dessa situação, vários setores do movimento social – principalmente os que têm influência do PT- têm organizado mobilizações pelo Fora Temer. A última, dia 10 de junho, reuniu alguns milhares. Em São Paulo a estrela foi Lula, que se orgulha do fato de os banqueiros “nunca terem lucrado tanto”.

Nós não estamos participando dessas mobilizações por pelo menos três razões.

A primeira é o fato de elas terem em seu conteúdo o Volta, Dilma. E não cabe a nós revolucionários e trabalhadores a defesa de um governo que articulou os principais ataques aos direitos trabalhistas nos últimos anos;

A segunda razão é a ausência completa das reivindicações históricas da classe trabalhadora, como o não pagamento da dívida, contra a reforma da previdência, entre outras. Aqui também são óbvios os motivos, pois a volta de Dilma ao governo representaria a continuidade aos ataques que Dilma iniciou. Optam por não assustar o empresariado diante de uma possível volta do PT.

Por fim, mas não menos importante, o Fora Temer faz parecer que o problema dos trabalhadores é esse ou aquele governo, como se com a saída de Temer todos os problemas estariam resolvidos, fomentando ilusões de que troca de governos resolverá os problemas dos trabalhadores.

E também se o Governo Temer sair, qual governo ocupará o seu lugar? Dilma e o PT? Eleições? Algum desses deputados?

AVANÇAR NA LUTA. LEVANTAR A BANDEIRA DA GREVE GERAL!

Para nós o mais importante agora é a luta obstinada em defesa dos direitos dos trabalhadores. Devemos nos entrenchear junto à classe trabalhadora no combate à redução e/ou retirada de seus direitos já previstos pelo governo anterior e que serão aplicadas por este governo.

Assim, podemos impulsionar os demais trabalhadores a enfrentar os mandatários do capital e todos os instrumentos “democráticos” (Parlamentos, escolas e universidades públicas) e de Exceção do seu Estado (Justiça, Forças Armadas, polícias), como também aqueles que estão a seu serviço na sociedade (grandes meios de

comunicação, entidades de classe patronais, Igrejas, entidades privadas de ensino), assim como os paramilitares (milícias, corpos de segurança privados e organizações fascistóides, sejam da ultradireita, sejam do crime organizado).

A defesa de reivindicações essenciais para a vida cotidiana dos trabalhadores, explorados e oprimidos são palavras de ordem transicionais necessárias para construir a ponte para a estratégia da revolução socialista.

Enfim, não podemos alimentar a ilusão de que há uma saída nos marcos da institucionalidade burguesa, das suas eleições bianuais e seus esporádicos plebiscitos.

Por isso o Fora Temer não nos serve. Em seu lugar reivindicamos a construção para a etapa de uma Greve Geral nacional, pautada na defesa dos direitos dos trabalhadores, incluindo o não pagamento das dívidas públicas, a estatização do sistema financeiro e do comércio exterior, a reforma agrária sem indenizações contra o latifúndio e o agronegócio e a utilização dos recursos para oferta de serviços públicos de qualidade.

As ocupações das escolas (São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande

do Sul), do Ministério da Cultura e Ministério da Saúde são fenômenos, ainda que ultr embrionários de organizações por fora do Estado burguês e que mostram que a Greve Geral está colocada para a etapa. O próprio chamado da CSP-Conlutas de um dia de Greve geral no Rio de Janeiro para o dia 06 de julho, aponta essa possibilidade, além de colocar a perspectiva de um ato nacional a ser realizado no Rio, no período das Olimpíadas.

Porém, entendemos que todo este período de lutas acirradas e da construção de uma greve geral deve ser apenas um momento na construção de uma revolução de orientação socialista, único meio capaz de superar todas as desumanidades impostas pela exploração/alienação do trabalho.

A NECESSIDADE DE UM PODER DIFERENTE...

A nosso ver, os revolucionários devem sempre procurar construir articulações entre as lutas imediatas e a luta pela revolução socialista.

A ausência da classe trabalhadora



como sujeito é um dos problemas da atual situação política, abrindo espaço para o governo e os empresários seguirem avançando contra os nossos direitos e conquistas.

Achamos fundamental, a partir destas lutas, ir construindo formas de organização que juntem trabalhadores, ativistas e correntes políticas.

É neste sentido que sempre reafirmamos a necessidade da construção de um encontro nacional de ativistas para construir um programa e formas de organização para enfrentar as medidas que o governo Temer tenta nos fazer engolir. É importante que esse encontro seja precedido de encontros de bases, como forma de criar mais condições para os trabalhadores de base participarem.

BELO MONTE: INUNDAÇÃO CAPITALISTA SOBRE POVOS, TERRAS E ECOSISTEMA

“A todo inimigo da fauna, da flora

Aquele que promove a poluição

Aos donos do dinheiro, a quem nos devora

Aos ratos e gatunos de toda nação

Sim, vai pra toda essa gente ruim

Meu desprezo, e será sempre assim”.

Alceu Valença

Da década de 1970 até cinco de maio de 2016 estabeleceu-se um intervalo de mais de quarenta anos, marcados entre o surgimento da ideia de exploração do potencial energético do rio Xingu e a inauguração da hidrelétrica de Belo Monte, que fica localizada nas proximidades da cidade de Altamira, no norte do Pará.

Nesse período os conflitos, impactos e cifras acerca do empreendimento são gigantescos, tal como a obra:

♦ **Ambiental:** destruição da floresta associada à construção da usina (o volume de floresta desmatada encheria 40 mil piscinas olímpicas); inundação de uma área equivalente a um

terço de São Paulo (afetando diretamente 440 espécies de aves, 259 de mamíferos e com risco de extinção de seis espécies de peixes) e seca de determinados locais (o canal construído diminuirá ao longo de 100 km a vazão do rio), impactando diretamente na fauna e flora; aumento da retirada ilegal de madeira nas imediações da construção;

♦ **Social:** êxodo migratório que levou milhares de pessoas nos últimos anos a se mudarem para a região em busca de empregos; exploração do exército de trabalhadores da obra e demissões para os que se organizaram em greves exigindo melhores condições de trabalho (que não tiveram “apenas” seus direitos desrespeitados, mas também sua segurança, cujos acidentes na obra deixaram trabalhadores feridos e mortos); precarização dos serviços públicos já deficientes devido ao aumento populacional; aumento de homicídios, acidentes de trânsito, taxas

de reprovação e evasão escolar; remoção e realocação de milhares de famílias (cujas casas construídas em locais com infraestrutura e saneamento básico não foram entregues);

♦ **Econômico:** com custos acima de 30 bilhões, a empresa responsável por Belo Monte não tem conseguido encontrar comprador para 900 megawatts pelo preço exigido pelo banco que a financiou, o BNDES, por ser um valor acima do mercado. Os prejuízos tendem a aumentar uma vez que no período de seca, que dura seis meses, Belo Monte não poderá operar plenamente, gerando em média 4.428 megawatts, ao invés de 11.233 megawatts apresentado no projeto original;

♦ **Questão indígena:** afetando diretamente em torno de 24 grupos étnicos diferentes, pois a obra modificou profundamente o espaço geográfico, como desestruturou todo o sistema cultural indígena, através do chamado “plano assistencial”: verbas destinadas para o

“empoderamento” desses povos que desequilibrou toda a estrutura da vida na aldeia, uma vez que as lideranças indígenas não sabiam como lidar com o dinheiro recebido adquirindo bens inúteis. Como consequências, podemos citar a interrupção da produção de alimentos, que deu lugar à compra de alimentos industrializados levando a altos índices de desnutrição, o fim da medicina tradicional, o aumento do alcoolismo e a intensificação dos conflitos entre índios, ribeirinhos e grileiros.

Com a justificativa da necessidade de se evitar uma crise e produzir energia para assegurar o desenvolvimento econômico e social do Brasil, Belo Monte foi implantada sob a resistência de povos indígenas, movimentos sociais e ambientalistas. A evidência de que a energia de Belo Monte não tem como prioridade o benefício da população está clara uma vez que a maior parte de sua produção será destinada para atender as demandas das indústrias de alumínio.

As recentes denúncias dos esquemas de propina – existentes entre as empreiteiras responsáveis pela construção da usina, o PT e o PMDB por meio de doações para as campanhas eleitorais de 2010, 2012 e 2014 – expõe a lógica que rege o sistema capitalista: *privatizam-se os lucros e socializam-se os prejuízos*.

A obtenção de energia por meio de hidrelétricas, além de ter custos extremamente elevados, alteram profundamente os ecossistemas e, no caso de Belo Monte, ferem mais uma vez o direito de povos indígenas que historicamente foram dominados, explorados, assassinados e retirados de sua terra.

Defendemos o uso de fontes renováveis e sustentáveis como energia eólica, solar ou de biomassa cujas capacidades energéticas se mostram muito mais eficientes se comparadas com usinas hidrelétricas, principalmente em períodos de seca, quando essas diminuem sua capacidade de produção.

Sabemos que os prejuízos da destruição dos povos indígenas e da crise ecológica causarão perdas incalculáveis e consequências devastadoras. Acreditamos que se faz urgente a discussão e entendimento da questão ambiental e a articulação da classe trabalhadora na luta contra o etnocídio (1) indígena e a destruição ambiental, uma vez que os desastres provocados por Belo Monte, tendem a se repetir com o rio Tapajós, onde tramita um projeto de construção de um complexo hidrelétrico.



Pelos direitos dos povos indígenas, pela preservação da biodiversidade e pela classe trabalhadora tão explorada quanto os recursos naturais e tão agredida como os povos indígenas.

Nota:

(1) Destruição da civilização ou cultura de uma etnia por outro grupo étnico.

Desmata minas, a amazônia, mato grosso
 Infecta solo, rio, ar, lençol freático
 Consome, mais do que qualquer outro negócio
 Um quatrilhão de litros d'água, o que é dramático
 Por tanto mal, do qual vocês não se redimem
 Por tal excesso que só leva à escassez
 Por essa seca, essa crise, esse crime
 Não há maiores responsáveis que vocês

Eu vejo o campo de vocês ficar infértil
 Num tempo um tanto longe ainda, mas não muito
 E eu vejo a terra de vocês restar estéril
 Num tempo cada vez mais perto, e lhes pergunto
 O que será que os seus filhos acharão de
 Vocês diante de um legado tão nefasto
 Vocês que fazem das fazendas hoje um grande
 Deserto verde só de soja, cana ou pasto?
 [...]

Que a mim não faria falta se vocês morressem
 Esse sistema, que nos causa tanto trauma
 Talvez enfim a terra assim encontrasse calma

Chico César

MATERIALISMO DIALÉTICO

SÉRGIO LESSA

No Jornal nº 84, tocamos no tema do materialismo histórico. Argumentamos, então, que a concepção materialista de mundo apenas pode se tornar superior às concepções idealistas nas novas condições históricas trazidas pela Revolução Industrial (1776-1830) e a Revolução Francesa (1789-1815).

Antes dessas duas revoluções, as sociedades de classe eram o meio mais adequado para o rápido desenvolvimento das forças produtivas e, por isso, as classes dominantes apareciam na vida cotidiana como as “verdadeiras” classes produtoras.

Nas sociedades de classe, são elas, de fato (e não os trabalhadores) que organizam a produção, o Estado, a

ideologia e o conjunto da vida social. Como, nas sociedades de classe, temos a separação do trabalho intelectual (isto é, aquele que organiza a produção e a sociedade como um todo) do trabalho manual (aquele que converte a natureza em toda a riqueza social) isso gerava – e ainda gera – a ilusão de que seriam as concepções e valores da classe dominante a base da vida material e, portanto, seria a ideia que organizaria a matéria. Na relação entre ideia e matéria, a primeira seria predominante. Esta a origem histórica dos grandes sistemas filosóficos idealistas, desde os gregos até Kant e Hegel.

Além de idealistas, estes grandes sistemas tinham, ainda, uma segunda

característica importante: eram dualistas. Como a ideia não poderia vir da matéria, a ideia deveria ou ter sido criada por Deus (Agostinho, Tomás de Aquino) ou dada aos humanos pela natureza (os gregos, os pensadores do Período Moderno, etc.). Haveria, portanto, duas esferas distintas: a ideia, o espírito, de um lado e, de outro, a matéria. E, na relação entre as duas esferas, a ideia determinaria a existência: o Mundo das Ideias em Platão, o *Logos* em Aristóteles, Deus dos medievais, o Espírito de Hegel, etc. – em que pesem as enormes e importantes diferenças entre esses pensadores.

Verdade que há, quanto ao dualismo,

uma importantíssima exceção. No século 17, na Holanda de Rembrandt, Hugo Grotius, Vermeer e Erasmo de Roterdã, Espinosa elaborou um sistema bastante peculiar que, embora idealista, não era dualista. Sua ideia básica era a seguinte: apenas pode haver uma única substância no universo. Pois, se houvesse mais de uma substância, uma teria que ser a causa da outra e, como o que é causa de algo não pode ser também causado por este mesmo algo, deveria haver infinitas substâncias com infinitas causas: Deus não poderia ser a causa única de tudo o que existe. Portanto, raciocina ele, apenas pode existir uma única substância, Deus, que, por isso, coincide com tudo o que existe, com toda a natureza. Para ele, por isso, não haveria duas substâncias, matéria e espírito, mas apenas uma: “Deus que é a natureza”. Espinosa é idealista, contudo, não é dualista. Exceto esse caso importante, todas as ontologias (concepções de mundo) idealistas eram também dualistas.

Vimos, também no Jornal Espaço Socialista nº 84, que o materialismo marxiano rompe com esse dualismo e abre a possibilidade de uma forma superior, mais desenvolvida, de conhecimento de tudo o que existe, do universo ao ser humano.

Pela descoberta do trabalho como a atividade humana que, ao distinguir os seres humanos da natureza, é fundante de toda a nossa história, Marx e Engels puderam argumentar como, do ser inorgânico, se desenvolveu a vida e como, dessa, surgiu o mundo dos homens. Puderam demonstrar que em cada passagem temos um salto de qualidade, um salto ontológico diriam Lukács e Mészáros, no qual a mesma matéria anteriormente existente se organiza em formas superiores, com propriedades e qualidades essencialmente novas.

A vida é uma forma superior da matéria inorgânica e, o ser humano, uma forma superior da matéria orgânica. As ideias, os pensamentos, os sentimentos, os projetos idealizados, a subjetividade de cada indivíduo nada mais são que formas superiores de organização da matéria: daqui o materialismo de Marx e de Engels. Tudo o que existe é matéria no seu movimento de evolução histórica, como já argumentamos no Jornal nº 84.

Essa concepção materialista e



unitária, que supera as concepções idealistas e dualistas anteriores, é também e ao mesmo tempo uma redescoberta da dialética. Por isso, com razão, muitas vezes o pensamento de Marx e Engels é denominado de “concepção materialista dialética”. Todavia – e voltaremos a isso mais abaixo – não raras vezes, desde os tempos de Kautsky e Lenin até os nossos dias, o materialismo histórico e o materialismo dialético são tratados como duas coisas distintas. Os conhecidos manuais stalinistas são ricos de exemplos semelhantes. Neles, a dialética é apresentada como se fosse as leis da lógica do bem pensar, algo mais próximo de Aristóteles e Bacon do que de Marx.

O materialismo seria da história e a dialética seria apenas um modo correto de pensar, como se fosse uma “lógica” do pensamento, um método cuja aplicação garante a verdade. Veremos que essa separação entre a dialética (restrita ao pensamento) e o materialismo (restrito à realidade) é completamente distinta do que Marx e Engels descobriram.

DIALÉTICA E MATÉRIA

Voltemos ao princípio do princípio: com a expansão do universo temos a formação da matéria inorgânica tal como a conhecemos composta por elétrons, prótons e nêutrons, átomos, moléculas, etc. Essa expansão deu também origem a todas as propriedades da matéria inorgânica. Surgem assim os inúmeros processos da química e da física que compõem a história da matéria inorgânica.

Nessa evolução da matéria inorgânica já se manifesta a sua dialética. Evolui do simples ao complexo por processos químicos e físicos que, sempre, resultam em algo distinto ao seu ponto de partida. A molécula de água é o resultado da reação química que combina dois átomos de hidrogênio a um de oxigênio, o ácido sulfúrico ao reagir

com o ferro resulta em sulfato de ferro e libera hidrogênio, e assim sucessivamente.

Esta evolução do simples ao complexo também é resultante de um segundo movimento dialético da matéria: ao se combinarem em uma totalidade (isto é, em um todo articulado no qual cada parte se relaciona com todas as outras partes) a interação entre os elementos termina por dar origem a algumas qualidades da matéria, que não existiam antes dessa interação. Tanto o ácido sulfúrico quanto o ferro, tanto o hidrogênio quanto o oxigênio dos nossos exemplos possuem qualidades que sequer se aproximam das da água ou das do sulfato de ferro. Esse segundo movimento dialético é expresso dizendo-se que a “totalidade é mais do que a soma, é a síntese das partes em totalidade”. A totalidade do hidrogênio em interação com o oxigênio possui as qualidades da água que são distintas das qualidades desses gases isoladamente e assim por diante.

Esse movimento real, objetivo – que independe da consciência e da ação dos seres humanos para existir – faz parte da dialética da matéria inorgânica. A dialética inorgânica corresponde ao movimento real da matéria inorgânica. E, se quisermos refletir em nossa consciência esse movimento precisamos pensar dialeticamente, isto é, reproduzir na consciência o movimento da matéria real, que existe independentemente da nossa subjetividade. Veja, precisamos pensar dialeticamente porque o movimento da matéria inorgânica é a dialética do inorgânico.

Algo similar ocorre com a matéria orgânica. Uma determinada combinação dos átomos e moléculas produzidos pelo desenvolvimento da matéria inorgânica gera uma totalidade que produz uma nova qualidade, uma nova propriedade. Diferente das reações químicas e físicas que produzem sempre algo distinto do seu ponto de partida, agora temos a reprodução biológica que produz sempre o mesmo ser (manga, da mangueira que dá mangas etc.). A reprodução do mesmo requer processos que não existiam antes: na produção de energia no interior dos seres vivos, etc. surgem moléculas que não existiam antes (RNA, DNA etc.), o planeta Terra se cobriu de seres vivos

em poucos bilhões de anos e a seleção natural passa a ser a lei mais geral da reprodução da vida.

Vejamos isso com mais vagar.

A matéria viva possui dois movimentos da matéria que não existiam no ser inorgânico. O primeiro movimento é a passagem do ser inorgânico à vida, isto é, o arranjo, em uma nova totalidade, capaz de reprodução biológica, dos processos inorgânicos e dos elementos inorgânicos surgidos pela evolução do universo. Essa passagem corresponde ao surgimento de uma nova essência: frente à essência da matéria inorgânica se desenvolve a essência da reprodução biológica. A vida não pode ser reduzida à matéria inorgânica (mesmo que, como vimos, seja formada pelos átomos e moléculas de origem inorgânica). O surgimento de uma nova essência é denominado “salto de qualidade” (Engels) ou “salto ontológico” (Lukács), como já mencionamos.

Além do salto ontológico, a evolução da vida possui ainda outra característica que não é encontrada na matéria inorgânica. Em larga medida, a eficiência maior ou menor das diferentes formas de vida em realizar a sua reprodução biológica determina sua sobrevivência na concorrência com os outros seres vivos: os menos eficientes vão sendo substituídos pelos mais eficientes em um processo denominado por Darwin de seleção natural.

A seleção natural ao lado do salto ontológico, que é o nascimento e a morte dos organismos, são dois movimentos que a matéria orgânica possui de novidade em comparação com o ser inorgânico. Ou, para colocar em outras palavras, a dialética da matéria inorgânica, além vários de processos químicos e físicos que se originaram da evolução do inorgânico, possui ainda dois

movimentos inéditos: o salto ontológico do inanimado à vida (o nascimento e a morte) e a seleção natural.

Obviamente, o fato de a vida surgir do desenvolvimento da matéria inanimada faz com que várias das propriedades desta última estejam presentes na vida. Também nos seres vivos temos reações de oxirredução, também neles a reação de ácido e base resulta em sal+água e assim por diante; também o fato de a totalidade ser a síntese (e não a soma) dos seus elementos é uma característica presente no inorgânico e na vida. E, além disso, de que tal como a matéria inanimada, também a vida possui a tendência de evoluir de formas mais simples a formas mais complexas.

Há, portanto, uma continuidade entre a dialética do inorgânico e a dialética da vida. Essa continuidade se realiza através de um salto ontológico – ou um salto de qualidade, o que se preferir – não é um paradoxo já que a vida apenas pode surgir por meio de um salto ontológico que é resultante do desenvolvimento da matéria inorgânica.

Dialeticamente (ou seja, no movimento da própria matéria) continuidade e ruptura (salto ontológico) se articulam como partes de um mesmo processo histórico, qual seja, a evolução da matéria inorgânica em uma matéria orgânica.

Em outras palavras, a vida não pode ser reduzida à matéria inorgânica e, não menos verdadeiro, não pode existir sem ter permanentemente por sua base a matéria inanimada. A dialética da vida não é redutível à dialética do inorgânico, ainda que não possa existir sem ter por base o inorgânico.

Uma vez mais: quando se trata de reproduzir na consciência as qualidades da vida precisamos reproduzir em nossas ideias a dialética da vida, a gênese e a evolução da vida. Precisamos pensar dialeticamente porque a dialética é o movimento da matéria. Ao fim e ao cabo, porque a existência determina a consciência.

DIALÉTICA E HISTÓRIA DA HUMANIDADE

A gênese da humanidade tem lugar quando um grupo de primatas adquire a capacidade de trabalho. Discutimos alguns aspectos importantes do surgimento do trabalho nos Jornais

Espaço Socialista nº 83 e nº 84 e, por isso, seremos agora bastante breves.

Todo ser vivo precisa transformar o ambiente no imprescindível à sua reprodução biológica, o mesmo ocorre com os seres humanos. A diferença entre nós e todos os outros seres vivos é a forma pela qual realizamos essa transformação: pelo trabalho. Através do trabalho, ao transformarmos a natureza também transformamos nossa substância social e, deste modo, evoluímos da sociedade primitiva ao capitalismo de nossos dias.

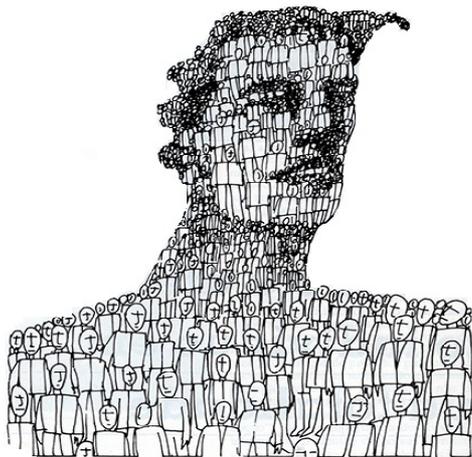
A passagem da evolução da vida, determinada pela seleção natural, para a história da humanidade é, também, um salto ontológico ou um salto de qualidade. Agora, o movimento da matéria social é determinado pela reprodução social (que passa do modo de produção primitivo ao modo de produção capitalista, pela mediação dos modos de produção asiático, escravista e feudal). A história humana é o complexo processo de reprodução social que sintetiza (lembre-se: a totalidade é a síntese, não a soma, dos seus componentes) os atos humanos singulares nas tendências históricas mais universais.

Ou seja, com o surgimento da humanidade temos, uma vez mais, o surgimento de uma nova essência: o que irá determinar a evolução humana não mais será a passagem para formas superiores da matéria inorgânica, mas a passagem de uma forma de trabalho a outra mais eficiente, mais eficaz ao retirar da natureza aquilo que necessitamos.

Do trabalho de coleta, passamos ao trabalho proletário dos nossos dias, pelas mediações todas da história (escravismo, feudalismo, etc.). A história deixa de ser a evolução biológica do gênero *Homo* e passa a ser a sucessão dos modos de produção da sociedade primitiva aos nossos dias, bem como dos indivíduos que os compuseram. Temos uma nova essência: da reprodução biológica, passamos à reprodução social.

Essa essência que se expressa na reprodução social possui três características fundamentais (o fato de serem fundamentais não significa que se apresentem de forma linear, não contraditória) que se desdobram ao longo de toda a história da humanidade.

A primeira corresponde a que, quanto mais desenvolvemos nossas capacidades, nossas forças produtivas,



menos peso desempenham os fatores naturais na evolução das sociedades. O fato de termos por base um animal biológico (o *Homo sapiens*), de a reprodução biológica permanecer uma condição indispensável para a reprodução social, implica que os fatores naturais não podem ser eliminados de nossa história, podem apenas perder a importância que possuíam no passado. Essa primeira característica é denominada por Marx e Lukács de “afastamento das barreiras naturais”. Afastamento, e não eliminação, pelo fato de que a natureza permanece uma eterna base para qualquer reprodução social.

A segunda característica é o desenvolvimento de relações sociais que abarcam uma parcela cada vez maior da humanidade. De um ponto de partida formado por pequenos bandos, que viviam isolados um do outro; partindo de um início em que o sucedido em um continente nada tinha a ver com o que tinha lugar em outro, chegamos a um ponto da história em que a humanidade se unificou em uma única história. Desde o surgimento do mercado mundial, com as Grandes Navegações (1450-1650), até a “mundialização do capital” dos nossos dias, afirmou-se – com avanços e recuos, com contradições – a tendência à articulação de toda a humanidade em um único processo histórico. Hoje, nenhum dos grandes problemas da humanidade, do patriarcalismo ao desemprego, da destruição do planeta à crise estrutural do capital, pode ser enfrentado local ou nacionalmente.

A terceira característica importante é que tanto o afastamento das barreiras naturais e tanto o desenvolvimento das forças produtivas quanto a unificação da humanidade em uma única história requerem e possibilitam que os indivíduos desenvolvam cada vez mais as suas personalidades. Quanto mais diferenciadas as ações, as atitudes que o indivíduo precisa tomar no dia a dia, quanto mais complexas as escolhas que precisa fazer ao longo de sua vida, quanto mais o indivíduo precisa desenvolver suas sensibilidades, suas capacidades para pensar e avaliar o mundo em que vive tanto mais precisa desenvolver sua personalidade enquanto ser humano.

A história dos indivíduos vai incorporando cada vez mais tanto o afastamento das barreiras naturais quanto

possibilidades e necessidades que brotam da totalidade da humanidade. As possibilidades e as necessidades do desenvolvimento dos indivíduos não param de crescer desde o período primitivo até os nossos dias – em que pesem todas as alienações ao longo da história e mesmo que levemos em conta que é essa uma tendência plena de contradições e desigualdades.

A consciência dos indivíduos, das classes sociais e da humanidade vai se aproximando cada vez mais do que o mundo objetivamente é: a forma superior de organização da matéria que é o ser social possibilita, pela primeira vez, que se tenha consciência do que o universo é de fato.

Contudo, de modo semelhante ao que vimos na relação entre a vida e a matéria inorgânica, também na relação do ser social com a natureza temos duas relações básicas: a sociedade não pode ser reduzida à natureza e, contudo, há elementos de continuidade que as articulam. Por exemplo, sem a reprodução biológica dos indivíduos não há reprodução social possível, sem os processos químicos e físicos não há humanidade, etc., etc.

Veja: as leis da dialética são a sistematização em teoria (um reflexo na consciência) das leis mais gerais do desenvolvimento histórico – tanto da natureza quanto da humanidade. Dessa sistematização se desenvolve a concepção de mundo dialética de Marx e de Engels: nada existe que não seja histórico e tudo o que existe é matéria. A dialética (as leis mais gerais da história) e o materialismo (nada existe que não seja resultante do desenvolvimento da matéria) são “determinações da existência” (Marx) de um único e mesmo mundo objetivo e, por isso, ao serem sistematizadas em teoria articulam-se de modo inseparável na concepção revolucionária de Marx e Engels. Aqui, contudo, se iniciam uma série de graves problemas.

A DIALÉTICA CONTRA A HISTÓRIA

Admitindo-se muitas e importantes exceções, não é uma falsidade afirmar que, ao longo do século 20, boa parte (senão a maior parte) das teorias marxistas

“A CONSCIÊNCIA DOS INDIVÍDUOS, DAS CLASSES SOCIAIS E DA HUMANIDADE VAI SE APROXIMANDO CADA VEZ MAIS DO QUE O MUNDO OBJETIVAMENTE É: A FORMA SUPERIOR DE ORGANIZAÇÃO DA MATÉRIA QUE É O SER SOCIAL POSSIBILITA, PELA PRIMEIRA VEZ, QUE SE TENHA CONSCIÊNCIA DO QUE O UNIVERSO É DE FATO”

foi abandonando essa concepção materialista-dialética original.

Há várias razões históricas para esse fato, desde o fato de as revoluções do século 20 não terem tido a possibilidade histórica de abrirem a transição ao socialismo e ao comunismo, até o fato não menos expressivo de o capitalismo ter propiciado o desenvolvimento da aristocracia operária e o aumento do peso social dos assalariados não proletários, ampliando significativamente a base social para as concepções reformistas de todos os naipes.

É importante realçar esse aspecto: trata-se de um fenômeno ideológico e teórico tão generalizado, que envolveu uma quantidade tão variada de situações históricas e de indivíduos – e por tantas décadas – que o abandono da concepção originária de Marx e Engels não pode ser reduzido a fenômenos nacionais ou a uma ou outra individualidade.

Essencialmente (portanto, deixando de lado fatores importantes, ainda que não tão essenciais) porque para se defender como socialista ou como comunista a antiga URSS (ou mudando o que deve ser mudado, defender hoje como socialista a China, ou Vietnam ou mesmo Cuba) implicava no passado, e implica hoje, duas consequências. A primeira: revisar na essência o que Marx e Engels concebiam como socialismo e comunismo. Deveria ser recusada como utópica a concepção originária, segundo a qual o socialismo seria a transição ao comunismo e que esse seria uma sociedade sem classes, sem Estado, sem família monogâmica e sem a exploração do homem pelo homem.

A segunda: é que é preciso velar o fato de que na ex-URSS (bem como na China, Cuba ou Vietnam do presente) a economia se baseava e se baseia na exploração do trabalho e que, por isso, era uma economia fundada na

“AS LEIS DA DIALÉTICA SÃO A SISTEMATIZAÇÃO EM TEORIA (UM REFLEXO NA CONSCIÊNCIA) DAS LEIS MAIS GERAIS DO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO — TANTO DA NATUREZA QUANTO DA HUMANIDADE. DESSA SISTEMATIZAÇÃO SE DESENVOLVE A CONCEPÇÃO DE MUNDO DIALÉTICA DE MARX E DE ENGELS: NADA EXISTE QUE NÃO SEJA HISTÓRICO E TUDO O QUE EXISTE É MATÉRIA”

propriedade privada. Era preciso velar que, por isso, tratava-se de uma sociedade de classe, ainda que um pouco diferente das sociedades burguesas porque as “personificações do capital” eram os burocratas e, não, os proprietários privados típicos da ordem do capital. Por fim, era preciso esconder que tanto lá quanto nos países capitalistas típicos a mercadoria (com seu fetichismo) era a relação social mais universal.

Foi por essa evolução que surgiu o “marxismo vulgar”, aquele “marxismo” que se converteu em instrumento de propaganda política (no sentido pejorativo) ao invés de cumprir a função e compreender o mundo para auxiliar a transformá-lo. Claro que esse marxismo nada tem a ver com o pensamento de Marx e Engels e, a seguir, de Rosa Luxemburgo, Lenin e Mészáros. Sua variante mais significativa é o stalinismo. Por essa via, a dialética vai sendo transformada. Deixa de ser o movimento da matéria, o desenvolvimento da realidade objetiva (que o pensamento

deve se esforçar por refletir) e vai se convertendo em “regras lógicas” a partir da qual seria possível “deduzir” a história, ao invés de investigá-la.

É assim que em muitos manuais de marxismo dos nossos dias o materialismo dialético e o materialismo histórico são dissociados. O primeiro é uma “lógica do bem pensar”; o segundo, a história

deduzida por meio dessas leis lógicas. Estuda-se, assim, a dialética apartada da história, como se fosse um conjunto de regras lógicas; a história, por sua vez, estuda-se como se fosse a encarnação em processos particulares das leis lógicas universais. História e dialética estão, nessa concepção, definitivamente apartadas e, por esse meio, a dialética passa a ser fundante da história.

Nada mais falso e mais distante da concepção dialética e materialista de Marx e Engels. Para eles não há materialismo histórico *versus* materialismo dialético, antes, o materialismo histórico é dialético e, o materialismo dialético, histórico. A dialética é a sistematização do movimento da matéria natural e da matéria social. A história é o movimento dialético da matéria natural e social. Não há, para Marx e Engels, dois materialismos (o histórico e o dialético), mas apenas uma concepção materialista-dialética de mundo.

Há aqui uma enorme questão que, agora, apenas poderemos mencionar, mas prometemos voltar a ela em um próximo texto: o problema do método dialético.

Muito brevemente, o stalinismo e o marxismo vulgar (bem como muitos pensadores idealistas) concebem que o método seria o critério de verdade. Isto é, seguindo corretamente o método tido por correto, a verdade seria uma consequência natural da investigação. Para Marx e Engels (e para Lukács e Mészáros) isso é absolutamente falso.

O método não é critério de verdade, mas apenas a sistematização do que, no passado, se revelou adequado no tratamento do desconhecido. Um método incorreto pode levar a resultados verdadeiros na ciência e na filosofia e, o oposto com frequência também tem lugar. Isso, contudo, deve ficar para um próximo artigo: como o marxismo vulgar converteu o método em algo que substitui a investigação do mundo real e, por isso, serve para velar a realidade e, não, para desvelá-la.

TEXTOS RECOMENDADOS:

De Engels, *Do socialismo utópico ao científico* e de Marx, *A miséria da filosofia* são textos clássicos sobre essa questão. Sobre a conversão do marxismo em órgão de propaganda conferir, de Fernando Claudin, o capítulo “A crise teórica”, de seu livro *A crise do movimento comunista* (Expressão Popular). Como exemplo de manuais do marxismo vulgar, conferir *Os fundamentos de filosofia*, de G. Politzer e de Stalin *Materialismo histórico e materialismo dialético*. Por fim, para uma típica distorção da história pelo stalinismo, conferir *História do PC(b) da URSS*, um texto de 1938 reeditado no Brasil pelo PCR. Sobre a questão do método, ver de Ivo Tonet *O método científico* (Instituto Lukács).

II ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: NECESSIDADES, POSSIBILIDADES E LIMITES

Entre os dias 16 e 18 de junho ocorreu em Brasília, na UnB, o II Encontro Nacional de Educação. Trata-se de uma iniciativa importante diante de um processo contínuo de destruição e privatização da Educação Pública, que assume patamares cada vez maiores.

“A destruição da Educação Pública é visível em todos os níveis. O quadro de precarização já vinha com os governos Lula e Dilma/PT e agora se agrava com as medidas de Temer e seus asseclas, que com o apoio amplo de um Congresso corrupto e reacionário, aprovam a cada dia cortes de verbas e PECs que só

pioram ainda mais as condições de trabalho e de ensino. Exemplo disso é a Desvinculação das Receitas da União (DRU) que permitirá ao governo gastar até 30% das receitas da Educação e Saúde com o pagamento de juros e amortizações aos agiotes da “Dívida Pública”.

No aprofundamento do Projeto Educacional do Capital lidamos também com os revezes ideológicos que ferem diretamente o caráter público e laico da Educação, além das mínimas liberdades de ensino-aprendizagem. É o caso da “Nova Base Nacional Curricular Comum”, do “Projeto Escola sem Partido” e do avanço da terceirização e da privatização

com a entrada cada vez maior de OSs e ONGs, o “Novo Marco Legal da Ciência” nas escolas e universidades públicas.

Com isso, também ampliam-se os movimentos de resistência por parte de estudantes e professores de todo o país, tanto por meio de greves quanto com ocupações, trancamentos de vias etc. As ocupações de escolas pelos secundaristas em vários estados e as lutas nas universidades são bons exemplos”. (Veja Manifesto ao II ENE na página do Espaço Socialista).

Em que pese termos uma participação menor, se compararmos com o I ENE em 2014, estiveram presentes em Brasília,

cerca de quase 2000 professores, estudantes, funcionários (sendo de escolas de ensino fundamental e médio, de institutos técnicos e universidades públicas) e ativistas de movimentos sociais de todo o país desde Acre, Roraima e Pará aos estados das regiões Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul.

E surgiram propostas que visavam encarar a ofensiva sobre a Educação Pública, das creches às universidades, para avançarmos nas demandas necessárias. No entanto, prevaleceu mais uma vez a política do “*consenso*” com pequenos avanços.

O II ENE REPETIU OS MESMOS ERROS DE 2014

Já em 2014, problematizamos o fato de a organização do I ENE não permitir que as diferentes contribuições e/ou elaborações fossem expostas para o conjunto dos participantes em plenário. O debate somente ocorreu nos Grupos de Trabalho (GTs) onde se expressavam as diferenças, pois as maiores correntes do PSOL e o PSTU hegemonizaram o debate.

Também defendemos em 2014 que o ENE fosse deliberativo. Mas, foi imposto o método do “Consenso” que, na prática, é apenas das grandes correntes. O Plenário sequer pôde debater e decidir a dinâmica do Encontro, prevalecendo o acordo entre as maiores correntes e não a vontade dos participantes. E mesmo nos GTs foram destacados “especialistas” para discorrer sobre temas. Nossa contribuição teve que se dar através de nossos materiais e de intervenções custosas em alguns grupos para uma parte dos participantes presentes nesses GTs.

Em 2016, isso ocorreu de novo. As falas abertas ao plenário principal foram sorteadas e de apenas 2 minutos após a explanação dos “especialistas”. Assim, mais uma vez esse potencial foi subutilizado.

Entendemos dessa forma que, assim como no I ENE, ficamos apenas no plano das constatações e, pouca coisa avançou nos encaminhamentos das ações práticas e concretas.

Isso significa que não tivemos deliberações no sentido da Unificação das Lutas da Educação Pública que se ampliam a cada ano em número e quantidade e ficamos apenas no plano do consenso. Portanto, não avançamos

com propostas práticas para as regiões, estados e municípios. Ao final, tivemos a leitura de uma Declaração Política “*que sistematizou, de maneira unitária e consensual, as propostas e bandeiras debatidas durante o encontro nacional e os encontros preparatórios*”. (Leia Declaração publicada no dia 23 junho na página da CSP Conlutas).

Em alguns momentos durante o II ENE ouvimos que o consenso permitiria avançar na organização e na luta dos defensores da Educação pública. O consenso é importante no sentido do entendimento e da compreensão dos ataques pelos agentes do capital e seus governos, institutos e ONGs à Educação pública, mas é insuficiente. A nosso ver, necessita envolver comprometimento com alguma ação prática.

Foi interessante, nesse sentido, e merece ser reconhecido o fato de aparecer nos GTs uma proposta de ação prática como a Greve Nacional da Educação, inclusive, com algumas entidades já tendo aprovado em seus fóruns, como o SEPE/RJ. Também ficou muito presente, embora com elevado grau de dispersão, a disposição de luta de vários ativistas. Por essas razões afirmamos que foi subutilizado o potencial de organização da luta apresentada nesse ENE.

Mas foi aprovado: “(...) *A realização de um Dia Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública e Gratuita em 11 de agosto, dia do estudante. Reafirma posição contrária à terceirização, ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, à Contrarreforma da Previdência, e ao presidente interino Michel Temer, chamando a construção de uma greve da educação, e também de uma greve geral contra o ajuste fiscal e o PLP 257/16. Também é reafirmado o repúdio ao PNE 2014-2024, de caráter privatista (...)*”.

(...) *O II ENE ressalta a importância da manutenção da organização e dos debates de maneira unitária, em nível municipal, estadual e nacional, com vistas a seguir construindo um projeto classista e democrático de educação rumo à terceira edição do encontro, em 2018. Para tal, o “Comitê Nacional da Campanha pelos 10% do PIB para Educação Pública, Já!” muda de nome, passando a ser Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (...)*”

AS POSSIBILIDADES QUE PERDEMOS COM O II ENE

Não somos os maiores e melhores militantes e ativistas. Mas, para nós, assim

como em 2014, perdemos muitas possibilidades no II ENE. Entendemos que o objetivo central deveria ser a organização da luta contra os ataques dos governos e do empresariado, a partir da mobilização e organização de base. Sem isso, nenhuma saída dos trabalhadores e de seus filhos se efetivará.

Por isso, defendemos que desafio central seria tirar ações unitárias e bem definidas. Em razão disso apresentamos o nosso Manifesto com as seguintes propostas:

√ Unificar as Lutas Educacionais com uma Campanha em Defesa da Educação Pública. Por uma Greve Nacional da Educação!

√ Pelo fim da ingerência de empresas, bancos com suas ONGs, institutos e fundações na Educação pública!

√ Pelo fim do currículo imposto, da meritocracia, das avaliações externas e das metas empresariais no ensino público!

√ Autonomia didático-pedagógica frente ao estado burguês! Currículo elaborado conjuntamente por professores, estudantes e pais! Pela autonomia universitária!

√ Defendemos os professores e sua valorização, repudiamos todo ensino militar, conservador e reacionário! Pela contratação constante e não-precária de novos professores!

√ Impulsionar Grêmios Livres, CA's, DA's, DCE's e comissões de estudantes, professores e pais, com independência frente aos governos, patrões e entidades cooptadas para discutir e organizar a luta contra a falta de recursos e pela melhoria da infraestrutura, contra a implementação dos programas governamentais de privatização do ensino, contra o autoritarismo das direções escolares e o aumento da repressão com grades e câmeras dentro das escolas!

√ Por eleições diretas para cargos de direção nas instituições de ensino, com voto universal da comunidade escolar/acadêmica e com mandatos revogáveis! Por eleições paritárias e diretas para reitores e todos os cargos de direção das universidades.

Seguiremos em unidade e na defesa da Educação pública, bem como na construção de uma alternativa real e de luta que expresse os interesses da classe trabalhadora.

FRANÇA: DIAS E NOITES COMO RESISTÊNCIA E LUTA CONTRA AS REFORMAS TRABALHISTAS

No último dia 23 de junho, trabalhadores franceses haviam marcado uma grande manifestação contra as reformas trabalhistas propostas pelo governo do Partido Socialista de François Hollande. Exatamente no momento em que ocorre a Eurocopa e Paris ainda vive sob Estado de Emergência desde o atentado de novembro do ano passado.

O governo proibiu a manifestação a não ser que fosse estática, ficasse parada. Como a proposta foi recusada pelos manifestantes, o governo voltou atrás e liberou, mas determinou que houvesse distância de um dos epicentros de manifestações, que é a Praça da Bastilha ou Praça da Revolução. Ainda assim a repressão foi muito intensa com pelo menos cem prisões.

Essa manifestação foi a mais recente de dezenas que já ocorreram desde o dia 9 março, quando mais de 500 mil pessoas saíram às ruas, primeiro protagonizadas pelos estudantes e depois por setores importantes do proletariado industrial francês que se incorporaram com greves, barricadas nas ruas, enfrentamento com a polícia e até algumas ocupações.

OS ATAQUES JÁ VÊM DE ANTES

Embora haja uma grande variedade de leis específicas para muitas categorias de trabalhadores, em geral os contratos de trabalho se dividem entre os contratos por tempo indeterminado e os contratos por tempo determinado.

No primeiro, o trabalhador só pode ser dispensado se a empresa justificar que mediante uma situação financeira muito adversa precisaria demitir, o que garante uma significativa estabilidade para o trabalhador. E a indenização prevista

inibe as empresas de realizarem demissões.

Já o contrato por tempo determinado, em tese, poderia ser utilizado em casos como de gravidez, doenças e em situações específicas nas quais haja uma demanda extraordinária como na época de natal ou serviços de obras.

Entretanto, os empresários não respeitam a lei e muitos trabalhadores passaram a ter contratos por tempo determinado, ou seja, renovam constantemente contratos para evitar a estabilidade para o trabalhador/a.

Entre 1985 e 2010, os contratos por tempo determinado aumentaram 400%. Segundo o site “operamundi?”, 87% dos novos contratos são por tempo determinado, ou seja, precarizados. As reformas que Hollande tenta impor certamente intensificariam a precarização já existente.

Em 1995, já havia tido a tentativa de Reforma da Previdência. Em 2006, o primeiro-ministro do OS, Villepin, propôs a criação do contrato do primeiro emprego para jovens de até 26 anos com o qual durante dois anos de experiência os jovens poderiam ser demitidos sem justa causa. Em 2010, Sarkozy conseguiu alterar de 60 anos para 62 anos a idade mínima para aposentadoria.

AS MEDIDAS DE HOLLANDE

No dia 10 de maio, o presidente François Hollande assinou o decreto que permite mudanças de leis trabalhistas na França.

A intenção de mudar a lei tinha sido anunciada em novembro de 2015, pelo ministério do trabalho. Inicialmente como um projeto de lei (Lei Khomri, ministra do trabalho), que deveria ser votado pelo parlamento, mas a partir das massivas mobilizações e temendo que o parlamento recuasse pela pressão das ruas, Hollande resolveu editar o decreto.

As medidas são um profundo ataque contra a classe trabalhadora na França, pois flexibilizam a jornada de trabalho diária (podendo ir para até 12 horas) e consequentemente aumentam a jornada semanal para até 60 horas. Além disso, diminuem as indenizações nos casos de demissão “por questões econômicas”,

limitando as tabelas e o valor pago aos trabalhadores quando da interrupção do contrato de trabalho. Também permite reduzir o percentual pago nas horas extras, passando de 50 % para 10% do que é pago na jornada regular.

Ainda possibilita a flexibilização para a contratação de força de trabalho juvenil.

O governo alega que essa medida não alteram os direitos trabalhistas em âmbito nacional. De fato, o decreto em si não altera diretamente, mas mexe em uma cláusula que unifica os direitos trabalhistas em nível nacional. A partir da edição do decreto, os acordos realizados entre a empresa e os sindicatos têm prevalência sobre os Acordos Coletivos e sobre as leis trabalhistas.

AS MENTIRAS DE HOLLANDE

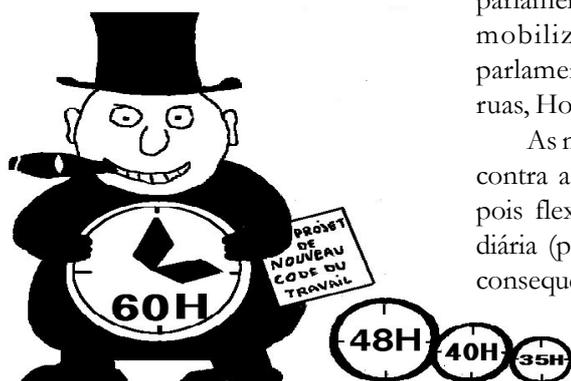
O argumento para a mudança é uma tal rigidez que os contratos de trabalho imporiam aos empresários, culpando os direitos dos trabalhadores pela crise. Essas reformas, sob a justificativa de promover a competitividade da economia é uma das exigências da União Europeia, que já foram realizadas em outros países como Itália, Espanha e Inglaterra.

Por trás dessas medidas está o objetivo de estabelecer um mesmo padrão – para menos – de direitos em todos os países da União Europeia, aumentando a competitividade dos países que compõem o bloco europeu no mercado mundial.

No caso da França deve-se agregar que o país se encontra em situação delicada, com crescimento econômico insignificante e desemprego de 10%, que atinge principalmente 24% da juventude.

Então, não há nenhuma preocupação de Hollande com o povo e com os trabalhadores, pois essa medida na verdade vai facilitar as demissões e quando houver contratação vai ser em piores condições.

Sabemos muito bem que essas medidas não criam mais emprego, apenas permitem às empresas se adequarem às crises e garantir a sua lucratividade. É a mesma lógica de sempre do capitalismo: jogar sobre as costas dos trabalhadores as consequências da crise que o próprio capitalismo criou.



Tradução: “projeto de novo código do trabalho”

Essas medidas são parte de uma tendência geral do capitalismo mundial de também retirar direitos dos trabalhadores dos países centrais.

A BASE PASSANDO POR CIMA DAS DIREÇÕES

Ao depender das direções sindicais tradicionais o projeto do governo já teria sido aprovado sem problemas. Foi a partir da organização dos estudantes universitários que a resistência começou. E depois o movimento operário se incorporou.

Assembleias de base nas universidades, reunião nacional de estudantes com chamados pelas redes sociais e atividades de agitação foram dando força para o chamado do 09 de março, inclusive com sindicatos e comissões de base de várias categorias votando pela incorporação aos atos. Resultado: meio milhão de pessoas foram às ruas. Estudantes e trabalhadores.

O tamanho da mobilização obrigou as direções se moverem. Embora a central sindical CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho, com mais filiados e controlada pelo Partido Socialista) apoie as reformas, as demais tiveram que se opor e se incorporar na luta contra o decreto.

Em 31 de março, impulsionada pelas centrais sindicais CGT, FO e Solidaires ocorreu uma greve geral com grande adesão. Nesse dia, Nuit debout (noite desperta), manifestantes se mantiveram nas praças, ação que se disseminou por diversas cidades francesas, com a população se reunindo para discutir novas possibilidades de organização e luta frente às desilusões com a política institucional.

Os atos seguiram e em 14 de junho novamente ocorreu uma manifestação gigantesca, com 1 milhão de pessoas nas ruas, contra as reformas. Além da relevância do movimento estudantil, vários setores cruciais do movimento operário fizeram greves como das refinarias, energia nuclear, aeroviários e dos transportes públicos, principalmente ferroviários.

TODO APOIO E SOLIDARIEDADE À JUVENTUDE E À CLASSE TRABALHADORA FRANCESA

Numa comparação entre as lutas na França e no Brasil logo percebemos semelhanças. Primeiro, o ambiente de intensa repressão policial. Milhares de policiais mobilizados, repressão com bombas, jato d'água, prisões, etc. Tudo isso amparado na Medida de Emergência, em vigência desde novembro do ano passado e prorrogada por três vezes por ocasião dos atentados em Paris.

Segundo, as medidas que os franceses lutam contra são as mesmas que estão na lista das medidas que Temer quer aplicar: precarização do trabalho, fim de direitos trabalhistas conquistados com muita luta e o negociado valendo mais do que o legislado. Lá e cá, é o capital nos atacando para se livrar da crise.

Por isso que dizemos que é uma tendência mundial do capitalismo. É a disposição de Hollande e Temer de servirem aos seus amos, que são os capitalistas.

Assim, a



PARTIDO SOCIALISTA

FRANCÊS: SOCIALISTA, SÓ

NOME...

Quem não conhece a política francesa, logo estranha como um partido que se diz socialista adota medidas de fazer inveja aos partidos conservadores. Primeiro, o PS francês nunca foi revolucionário. Esteve, no máximo, na área de influência social-democrata.

É importante destacar que há muito não figura nem entre os que se declaram como social-democrata, entendido como um partido com um programa de reforma do capitalismo. O último programa com esse conteúdo foi de 1983, o “chamado programa comum” que serviu de base para a eleição de Mitterand.

Na ocasião defendiam a nacionalização de 30 bancos e 5 grandes grupos industriais, aumento do salário mínimo e de subsídios familiares, entre outras medidas sociais. Hoje uma candidatura com esse programa seria considerado radical.

Mas essas promessas não resistiram nem um ano. Após ganhar a eleição, Mitterand se

rendeu à política de integração monetária europeia (que resultaria na Zona do Euro). Para isso deveria abrir mão de qualquer programa que representasse alguma concessão para a classe trabalhadora.

A partir daí o mergulho na política liberal e neoliberal foi sem fim e agora se caracteriza como um partido dos mais eficientes em aplicar os planos de austeridade, invadir militarmente países e apoiar invasões realizadas por países como Estados Unidos e Inglaterra. Qualquer semelhança com o PT não é mera coincidência...

Lá como aqui burocratas e políticos oportunistas se apropriam de palavras como socialista, trabalhadores e comunistas para iludir e conseguir aplicar os piores planos contra os trabalhadores. Na verdade, precisam ser desmascarados e denunciados, pois a direita tenta se aproveitar disso para relacionar essas práticas à esquerda.

Os objetivos socialistas e comunistas nada têm a ver com a prática e os objetivos desses falsários.

vitória dos trabalhadores franceses tanto vai nos fortalecer quanto deixar o governo Temer e a burguesia receosos, ou seja, a vitória dos franceses é a da classe trabalhadora brasileira também.

Os trabalhadores franceses mostram o caminho. A luta é a única forma de barrar o avanço dos ataques do capital. A radicalização e a persistência dos trabalhadores franceses na luta contra a reforma trabalhista devem servir de exemplo para a nossa classe em todo o mundo. Toda solidariedade à luta dos trabalhadores franceses!

Avançar em organização e luta para enfrentar os ataques da patronal e seus governos por todo o globo, sigamos o exemplo da classe trabalhadora da França!

Jornal editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org

espacosocialista@hotmail.com

facebook.com/espacosocialista1